

[0000178-76.2010.5.03.0005 RO](#)

Data de 17-09-2010
Publicação:
Órgão Primeira Turma
Julgador:
Tema: COISA JULGADA - EFEITO
Relator: Manuel Cândido Rodrigues
Revisor: Marcus Moura Ferreira

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMPROCEDÊNCIA - EFEITOS DA COISA JULGADA. Nas Ações Coletivas, a coisa julgada não se submete aos limites estabelecidos no artigo 472, do CPC, possuindo maior amplitude e alcance. Quando se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos, no caso de procedência do pedido, os efeitos da coisa julgada serão *erga omnes* ou *ultra partes*. Por outro lado, eventual improcedência, por insuficiência de provas, também não vincula os substituídos processualmente - os quais podem ajuizar Ações individuais, com idêntico fundamento. Cabe, ainda, ressaltar que, na Ação Civil Pública ou noutras Ações Coletivas, o sistema da coisa julgada é *secundum eventus litis* - o que significa dizer que sua eficácia atinge os ausentes do processo, apenas, quando os beneficia.